

Comissão da Verdade é política de Estado, não de governo, diz Wadih

21/08/2012

A ausência de integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil na Comissão da Verdade não pode ser encarada como desprestígio à autarquia. Pelo menos na opinião do presidente da OAB do Rio de Janeiro, **Wadih Damous**, ficou claro que a presidente Dilma Rousseff, ao escolher os integrantes do grupo, não se preocupou em nomear representantes de diferentes setores da sociedade civil, mas sim pessoas ligadas à questão.

Damous acredita que a presidente tenha se pautado mais em escolher pessoas próximas aos dois governos anteriores ao seu do que em agradar movimentos sociais. Prova disso é a presença de José Carlos Dias, ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso, e da psicanalista Maria Rita Kehl, simpática ao governo Lula.

“Não acho que tenha sido uma atitude deliberada da presidente. Parece que ela quis criar mais uma política de Estado do que de governo”, disse o presidente da OAB-RJ. A presença do ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, para Wadih Damous, é a certeza de que Dilma escolheu nomes de respeito, de “notória competência”, e não de peso político.

A própria existência da Comissão da Verdade, para Wadih, é um grande avanço para o Brasil. Ele comemora o fato de o grupo ter sido criado por meio de lei no Congresso, e não por ato do Executivo. “A Comissão tem o papel de revelar o que aconteceu na ditadura militar, mas também tem a função pedagógica de reformar o sistema de investigação. Até hoje a tortura e a violência ainda são métodos usados na busca de informações”, analisou.

Campanha

As declarações foram dadas, na quarta-feira (15/8), durante visita de Wadih Damous à redação da revista **Consultor Jurídico**. Ele estava acompanhado de **Felipe Santa Cruz**, presidente da Caixa de Apoio aos Advogados do Rio (Caarj) e pré-candidato à presidência da OAB fluminense.

Como presidente da Caarj, Santa Cruz se tornou o braço direito de Damous. Criou o programa “OAB no Século 21”, que ajuda os advogados do estado a entrar no mundo digital por meio do fornecimento de salas informatizadas, certificações digitais para peticionamento eletrônico e vídeo aulas de aprimoramento profissional transmitidas pela internet, por exemplo.

Uma das principais conquistas de Santa Cruz, como ele mesmo destaca, foi o fim da dívida contraída pelo Plasc, o plano de saúde fornecido pela OAB do Rio. Em maio do ano passado foi quitada a última parcela, de R\$ 1,08 milhão, de um débito que se arrastava desde 2008, quando o plano tomou R\$ 10 milhões emprestados dos bancos Real e Bradesco.

O Plasc, hoje, não existe mais. Tinha se tornado uma espécie de fonte de renda — e depois de dívida — paralela da OAB do Rio. Não prestava serviços apenas aos filiados à Ordem, mas a qualquer um. “Uma entidade com imunidade tributária não pode concorrer no mercado como se fosse uma empresa privada”, salientou Santa Cruz.



Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2012-ago-21/comissao-verdade-politica-estado-nao-governo-wadih/>